

Catarina Madureira Villamariz

**A ARQUITECTURA DAS ORDENS MENDICANTES DOS
SÉCULOS XIII E XIV: SINGULARIDADES
DO PANORAMA NACIONAL**



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A Arquitectura das Ordens Mendicantes dos Séculos XIII e XIV:
Singularidades do Panorama Nacional

AUTOR

CATARINA MADUREIRA VILLAMARIZ

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

DIANA SARAIVA DE CARVALHO

ISBN

978-972-623-344-2

ORGANIZAÇÃO



Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2018

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

A Arquitectura das Ordens Mendicantes dos Séculos XIII e XIV: Singularidades do Panorama Nacional

Catarina Madureira Villamariz
(DCR / FCT / UNL
VICARTE
IHA / FCSH / UNL)

Resumo: A arquitectura das ordens mendicantes dos séculos XIII e XIV constitui um dos mais importantes espólios da arquitectura gótica nacional. As construções edificadas no nosso território pelas ordens franciscana, clarissa e dominicana marcam a paisagem de norte a sul do país, revelando-se como um dos mais vastos e bonitos conjuntos arquitectónicos da Idade Média portuguesa. No entanto, são, apesar disso, frequentemente relegadas para segundo plano, preteridas por obras visualmente mais impactantes, e de indiscutível qualidade, como os mosteiros de Alcobaça, Batalha ou o Convento de Cristo em Tomar. O objectivo deste artigo é, por este motivo, realçar a arquitectura gótica mendicante dando-lhe o destaque que ela claramente merece.

Abstract: The architecture of the mendicant orders of the 13th and 14th centuries is one of the most important assets of the Portuguese Gothic architecture. The buildings raised by the Franciscan, Dominican and Poor Clares' orders mark the landscape from north to south, asserting themselves as one of the vaster and most beautiful architectural ensemble of the Portuguese Medieval Age. However, they are, frequently, relegated to a second plan, playing second fiddle to works of stronger visual impact like the monasteries of Alcobaça or Batalha or the Convent of Christ in Tomar. The aim of this paper is, therefore, to enhance the architecture of the mendicant orders in Portugal, conferring it the detachment it clearly deserves.

Em Portugal a arquitectura das ordens mendicantes assume ao longo dos séculos XIII e XIV uma originalidade invulgar na sua opção por soluções específicas, desvinculadas de modelos encontrados noutros territórios. Esta circunstância originou um panorama de extraordinário interesse no contexto da arte mendicante.

A influência de modelos estrangeiros, peninsulares ou transpirenaicos, só se faz sentir ocasionalmente, dado que não há uma transposição integral de modelos de outros países, mas antes a definição de uma arquitectura mendicante regionalizada.

Esta independência nacional é testemunhada por uma ausência de expressão da arquitectura mendicante francesa ou galega em Portugal, verificando-se no que concerne a alguns edifícios alemães ou italianos uma ligeira e pontual ligação que não anula o quadro geral de originalidade nacional.

Para além disso, a arquitectura portuguesa de franciscanos, clarissas e dominicanos revela também uma certa independência face a tipologias definidas por outras ordens, como por exemplo a Ordem Cisterciense.

Isto leva à criação de uma arquitectura “nacionalizada” por parte dos mendicantes portugueses, definindo uma tipologia que não deriva de qualquer modelo observado noutros territórios ou noutras ordens. O resultado é um cenário original que alcança, graças à sua extraordinária qualidade, um papel de grande relevo no panorama internacional da arquitectura das ordens mendicantes nos séculos XIII e XIV.

Não se pode falar em termos internacionais de uma “arquitectura mendicante” da mesma forma que se fala de uma arquitectura ou estética cisterciense, pois os mendicantes adoptaram nos diversos territórios em que se instalaram vários tipos de plantas, não apenas no que toca à organização da nave, mas também relativamente à existência ou não de transepto, disposição da cabeceira e tipo de cobertura¹.

Se alguma homogeneidade encontramos na arquitectura mendicante é essencialmente a nível de um ideal de despojamento e simplicidade que condiciona certas características, como o uso de coberturas de madeira nas naves — embora não de forma exclusiva — ou a ausência de arcobotantes, mesmo nos casos em que a cobertura em pedra era aplicada.

Tanto São Domingos, nas *Constituições* de 1220, como São Francisco, no Capítulo Geral de 1219, haviam definido directrizes rígidas no sentido de um despojamento e austeridade significativa para as respectivas Ordens que se deveria reflectir nas próprias casas, aqui, na senda do que os cistercienses haviam previamente estipulado, mas também, de acordo com o próprio espírito das Ordens².

No Capítulo Geral de 1228, em Paris, os dominicanos estipulavam as premissas específicas para a arquitectura das suas casas, já esboçadas nas *Constituições* de 1220. Data pois desta década a indicação sobre as “casas modestas”: *Mediocrates domos et humiles habeant fratres nostri*, cuja citação completa estipulava, «Que os nossos irmãos

¹ A. Sutton, na obra *The Influence of the Mendicant Orders*, University of Bristol, 1974, p. 14, defende uma divisão geográfica geral entre arquitectura mendicante do sul (Itália e Península Ibérica) e arquitectura mendicante do norte, sublinhando algumas diferenças como a utilização do transepto no sul e ausência do mesmo no norte; não se pode, porém, falar de modelos do norte e modelos do sul de forma absolutamente estanque, uma vez que as tipologias, nomeadamente a nível do número de naves são muito variadas — na Alemanha, o modelo mais comum é de três naves, tal como em Portugal; mas as três naves também são utilizadas no sul, em Itália (vejam-se os casos das Igrejas de Santa Croce e Santa Maria Novella, em Florença ou Santa Maria Gloriosa dei Frari em Veneza) e até mesmo em Espanha (por exemplo, São Domingos de Bonaval e São Domingos de Ribadavia).

² Muitas das indicações que a legislação dominicana definiu sobre escultura e pintura “fazem eco” da legislação cisterciense sobre o assunto, muito embora deva ser sublinhado que os dominicanos definiram de uma forma muito mais precisa o que era ou não permitido, inclusive por terem deixado especificações relativamente à arquitectura. Cfr. R. Sundt, “*Mediocrates domos et humiles habeant fratres nostri*: Dominican Legislation on Architecture and Architectural Decoration in the 13th Century”, in *Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 46, n.º 4, Dec. 1987, University of California Press, 1987, p. 394.

tenham casas modestas e humildes de forma a que nem eles se sobrecarreguem com despesas, nem outros — seculares ou religiosos — fiquem escandalizados com os nossos edifícios sumptuosos»³.

Estas estipulações dominicanas não foram, de imediato, seguidas pelos franciscanos, que nos primeiros tempos «não promulgaram nenhuma prescrição acerca dos seus edifícios, sem dúvida porque entre eles as regras de pobreza impunham-se elas próprias»⁴. A esta ideia, porém, deve ser feita a ressalva de que não podemos fazer uma análise da evolução da legislação franciscana sobre o assunto, pois, a verdade é que, a maioria dos estatutos e actas dos capítulos anteriores a 1260 não sobreviveram até aos nossos dias. Recorde-se, no entanto, que São Francisco no seu testamento reforça o ideal de pobreza da Ordem, nomeadamente no que respeita às igrejas, o que nos permite, efectivamente, pressupor que, nos primeiros tempos, o conceito de pobreza seria abrangente⁵.

Em Portugal, a tendência da arquitectura mendicante é para igrejas com planta de três naves, de altura desigual, transepto destacado, e cabeceira com capela-mor ladeada por duas ou quatro capelas laterais intercomunicantes – São Francisco e Santa Clara de Santarém, São Domingos de Elvas ou São Domingos de Guimarães, bem como as desaparecidas igrejas de São Domingos de Santarém e São Domingos de Lisboa dão disso testemunho.

Conforme referido, no seu conjunto não é possível “decalcar” a arquitectura mendicante nacional de um modelo oriundo de qualquer outro território europeu, seja ele, francês, espanhol, italiano ou alemão, embora seja possível tentar estabelecer paralelismos.

A relação com o universo dominicano alemão foi precocemente assinalada por M. T. Chicó⁶ que procurou estabelecer pontos de contacto entre São Francisco e Santa Clara de Santarém e as igrejas dominicanas de Esslingen (pós 1233) e Regensburg (1248); no entanto, apesar de alguns pontos de contacto, a nível, sobretudo, da preferência por espaços de três naves, a verdade é que as igrejas dominicanas alemãs adoptam frequentemente soluções distintas das portuguesas.

Os exemplos dominicanos de Esslingen [Fig. 1] e Regensburg apresentam um tipo de planta despojada, com três naves, mas a tipologia das cabeceiras varia desde a mais despojada, apenas com uma capela (Esslingen) à cabeceira tripartida com

³ *Mediocres domos et humiles habeant fratres nostri, ita quod nec ipsi expensis graventur, nec alii seculares vel religiosi in nostris sumptuosis edificiis scandalizentur*, Constituições de 1220, cit. in Idem, “*Mediocres domos et humiles habeant fratres nostri: Dominican Legislation on Architecture and Architectural Decoration in the 13th Century*”, *Opus Cit.*, pp. 396 e 405.

⁴ M. Durliat, “Le Rôle des Ordres Mendians dans la Création de l’ Architecture Gothique Méridionale”, in *La Naissance et l’ Essor du Gothique Meridional au XIII Siècle, Cahiers de Fanjeaux*, n.º 9, Fanjeaux, Edouard Privat, Editeur, 1974, p. 74.

⁵ Veja-se a este propósito o artigo de M. Durliat, “Le Rôle des Ordres Mendians dans la Création de l’ Architecture Gothique Méridionale”, in *Opus Cit.*.

⁶ M. T. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1968, p. 77-78, 87 e 95.

capela-mor e absidiolos (Regensburg⁷). Para além disso, a ausência de transepto visível em Esslingen e Regensburg é pouco comum em Portugal e a cobertura dos espaços tende a ser mais complexa, uma vez que muitas das igrejas dominicanas alemãs são completamente abobadadas.



Fig. 1 – Igreja Dominicana de Esslingen am Neckar

Em termos de cobertura parece ter imperado em Portugal a simplicidade característica da ordem, optando-se (quase) sistematicamente por coberturas de madeira nas naves e transepto e utilizando-se o abobadamento em pedra apenas na cabeceira, embora alguns casos levantem dúvidas. Embora esta seja uma premissa das ordens mendicantes, a sua obediência parece ter sido observada com maior rigor em Portugal do que noutros países, onde se encontram diversas exceções. Vejam-se os casos das igrejas dominicanas dos Jacobinos de Toulouse, em França, de Santa Maria Novella, em Itália e de Regensburg e Esslingen, na Alemanha ou das franciscanas de Assis e Bolonha, em Itália [Fig. 2].

⁷ Apesar de existir nesta igreja alguma irregularidade na terminação das naves.



Fig. 2 – Igreja dos Jacobinos de Toulouse; Igreja de São Francisco de Bolonha

Relativamente às construções italianas alguns historiadores de arte procuraram, tal como para a Alemanha, estabelecer paralelismos com as construções portuguesas; mas esta tentativa só é válida até certo ponto: se, por um lado, encontramos semelhanças a nível da composição dos alçados das naves, frequentemente a nível da tipologia de três naves, e, em alguns casos pontuais, a nível das cabeceiras, por outro lado, a tendência para o abobadamento em pedra e a concepção do espaço⁸ diferem, como se pode observar pelas referidas igrejas de Assis, Bolonha e Santa Maria Novella. Para além disso, a maioria das igrejas italianas não antecede cronologicamente São Domingos de Santarém, o que inviabiliza uma filiação e inspiração nas mesmas⁹.

Em Portugal, os mendicantes vão absorver as bases de um gótico emergente (tributário da arte cisterciense na organização tripartida da planta, na cabeceira escalonada, no destacamento do transepto e no despojamento), e difundi-lo, criando uma arquitectura própria e independente face aos modelos de outros territórios. Não se podendo falar de uma arquitectura mendicante, uma vez que não há um modelo uno que vincule todas as construções, pode-se, em Portugal, falar de características comuns de construção para construção, o que confere uma unidade própria à arquitectura dos frades menores, pregadores e clarissas. Essa unidade resulta numa “arquitectura nacionalizada”, cuja tipologia não deriva na íntegra de nenhum outro território, nem de nenhuma outra ordem. Este é o grande triunfo da arquitectura mendicante nacional.

⁸ Nomeadamente no que toca à altura da capela-mor (que em Portugal é mais elevada do que nas igrejas italianas), e à colocação das janelas (em Itália sistematicamente incluídas a meio de cada tramo). Ver sobre estas questões M. Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, *Opus Cit.*, pp. 79-83.

⁹ O mesmo motivo pode justificar a não adopção de modelos de outros territórios, como, por exemplo, da Galiza.

A tipologia

Um dos mais importantes centros mendicantes em Portugal foi a cidade de Santarém, onde ainda hoje se encontram as igrejas de São Francisco e Santa Clara e onde existiu a igreja de São Domingos. No século XIII a cidade de Santarém estava em expansão e era muito apreciada pela corte que apoiou o estabelecimento das novas ordens nesta urbe; esta circunstância levou a que aqui se tivessem edificado conventos com igrejas de grandes dimensões, resultado não apenas de um apoio régio, mas também de uma crescente adesão da população às ordens mendicantes.

1. A Igreja do Convento de S. Domingos de Santarém

A primeira construção a ser edificada foi a desaparecida igreja de S. Domingos. O Convento terá sido possivelmente fundado em 1218 numa antiga ermida junto à Ribeira de Santarém. Com o aumento da popularidade dos dominicanos junto da população e devido à escassez de dimensões da ermida original, tornou-se necessário edificar uma construção maior, tendo as obras arrancado cerca de 1225. No seu primeiro testamento (escrito entre 1229 e 1231) D. Sancho II determina uma verba para apoiar as obras desse convento, mas os conflitos com o seu irmão (futuro D. Afonso III) e a sua morte em 1248 terão atrasado as obras, uma vez que o convento ainda estava por concluir em 1257¹⁰.

Embora a Igreja de São Domingos tenha desaparecido no final do século XIX, sobreviveram-lhe duas descrições, pós-medievais, é facto, mas que permitem, mesmo assim, ter uma noção bastante clara da tipologia da igreja¹¹. Era uma igreja de três naves com quatro ou cinco tramos, transepto destacado e cabeceira com capela-mor e quatro capelas, modelo que viria a influenciar as restantes construções mendicantes da cidade, bem como as igrejas mendicantes que se lhe seguiriam. O facto de ser uma construção com apoio régio pode justificar a envergadura do projecto, demasiado grande para a comunidade conventual e que se afastava, pela monumentalidade, das premissas de humildade da Ordem. Ao apoiar S. Domingos de Santarém, D. Sancho II pretendia uma igreja que testemunhasse a sua ligação à nova ordem religiosa e que estivesse à escala das grandes igrejas urbanas do reino.

As construções que lhe sucederam, embora seguindo a tipologia de três naves e a cabeceira escalonada (com capela-mor poligonal e capelas laterais rectas), tenderão em alguns casos a reduzir as dimensões e a diminuir o número de capelas — é disso

¹⁰ G. Pradalié, *O Convento de S. Francisco de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992, pp. 64-65 e J. Custódio, “O Convento de S. Domingos de Santarém: Memória, Espaço e Arquitectura”, in *S. Frei Gil de Santarém e a sua Época*, Catálogo da exposição, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1997, p. 121 referem uma bula do Papa Alexandre III, de 1257, na qual o Pontífice apela aos fiéis para contribuírem para esta igreja.

¹¹ A descrição mais antiga encontra-se na obra (de 1632) de Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos, particular do Reino e Conquistas de Portugal*.

exemplo São Domingos de Guimarães. Para todo os efeitos, estava definida no território português a principal tipologia das construções mendicantes.

2. A Igreja do Convento de S. Francisco de Santarém

Na esteira de São Domingos são edificados em Santarém os conventos de São Francisco e Santa Clara que surgem, ainda hoje, como excelentes exemplos da arquitectura mendicante em Portugal, permitindo-nos ter uma noção mais precisa do modelo mais comum no nosso território, mas servindo também de base para a compreensão de alguns casos excepcionais.

Fundado pelo rei D. Sancho II entre 1240 e 1245, o convento de São Francisco rapidamente se tornou uma das mais importantes casas religiosas da cidade, se não mesmo a mais importante. As obras foram seguramente interrompidas em 1246 quando o monarca foi deposto e a construção da igreja acabou por ficar a dever-se ao apoio dos cidadãos mais abastados de Santarém, bem como a benefícios concedidos por D. Afonso III e mais tarde por D. Dinis.

O terramoto de 1755, as invasões francesas, as guerras liberais da década de vinte do século XIX e a posterior conversão do convento em quartel, danificaram profundamente este espaço que ainda hoje necessita de obras de restauro.

A igreja do convento apresenta uma planta de três naves com cinco tramos, um transepto destacado e uma cabeceira escalonada com capela principal e quatro laterais. A cabeceira, posteriormente modificada devido às catástrofes e intervenções diversas, era formada por cinco capelas escalonadas, intercomunicantes, uma tipologia confirmada pelas escavações arqueológicas [Fig. 3]. Estas revelaram também as fundações da capela-mor original, que terminaria numa parede de cinco panos com contrafortes no exterior para suportar a abóbada; teria dois tramos, o primeiro rectangular e o segundo poligonal, respectivamente cobertos por cruzamento de ogivas e abóbada polinervada. A terminação pentagonal da abside era partilhada pela igreja de Santa Clara e provavelmente pela desaparecida igreja de São Domingos.



Fig. 3 – Igreja de São Francisco de Santarém, Cabeceira

As capelas laterais do lado norte chegaram até nós profundamente danificadas e as do lado sul não sobreviveram sequer até ao século XX tendo sido completamente reconstruídas nessa centúria. Originalmente apresentariam uma planta rectangular e uma abóbada em berço quebrado.

Um aspecto fundamental nestas capelas é o facto de comunicarem entre si e a capela-mor por meio de arcos de volta perfeita. Este modelo de capelas intercomunicantes vai ter uma grande aceitação na arquitectura das ordens mendicantes em Portugal, nomeadamente nos restantes exemplos a analisar [Fig. 4].

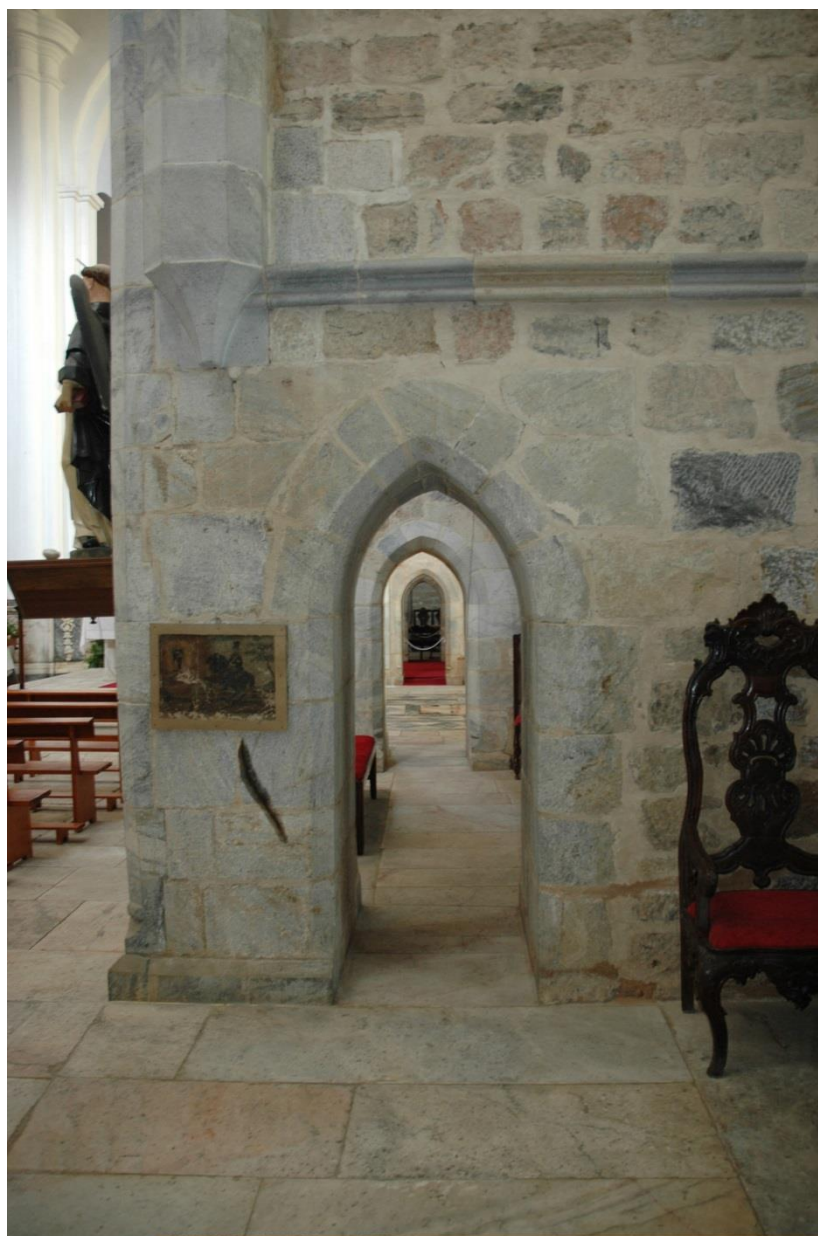


Fig. 4 – Igreja de São Domingos de Elvas, Cabeceira, Arcos de comunicação entre as capelas

O transepto destacado faz parte da tipologia mais comum na arquitectura mendicante nacional; em São Francisco eleva-se à mesma altura da nave e originalmente possuiria uma cobertura de madeira sustentada por arcos quebrados. Os capiteis são, em todo o espaço, maioritariamente decorados com motivos vegetalistas bem recortados em oposição aos de Santa Clara, pouco salientes.

As janelas da nave principal e laterais são desencontradas, uma técnica que permite uma melhor difusão da luz, dado que a iluminação do espaço era uma das grandes preocupações da arquitectura mendicante nacional, particularmente da franciscana e as suas igrejas apresentam, consequentemente, um esquema cuidado de distribuição de luz [Fig. 5].



Fig. 5 – Igreja de São Francisco de Santarém, Naves

A fachada de S. Francisco abre-se num pórtico com um arco inserido num gablete. A tipologia de portal inserido em gablete parece ter tido alguma aceitação entre as igrejas franciscanas portuguesas, embora o desaparecimento de grande parte dos portais originais dificulte a confirmação desta teoria. No entanto, para além de São Francisco de Santarém, dois outros portais franciscanos inseridos em gablete sobreviveram: o portal da igreja do Convento de São Francisco de Alenquer e o primitivo portal de São Francisco de Évora, ulteriormente deslocado para a fachada norte [Fig. 6].



Fig. 6 – Igreja de São Francisco de Santarém, portal; Igreja de São Francisco de Alenquer, portal

Adossado à fachada abria-se um alpendre (ou galilé). Esta estrutura deve datar de cerca de 1282 e aparece mencionado em documentação sobre o convento, nomeadamente na *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, de Frei Manuel da Esperança. Segundo este cronista, o alpendre foi edificado para suprir a falta de espaço no interior da igreja, «*Tanta era a deuação, que seus vizinhos nos tinham: com tanto feruor acodião quasi todos aos diuinos officios, que não bastaua pêra elles hua igreja tão grande, e foi necessário estender, e dilatar o alpendre por todo aquelle largo espaço*»¹². Surge, assim, como um prolongamento da igreja, dividido em

¹² *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal, Primeira parte, que contem seu principio & augmentos no estado primeiro de Custódia*, Lisboa, na Officina Craesbeeckiana, Anno 1656, Livro IV, Cap. XXIV, p. 452. Para além da obra do cronista franciscano, o alpendre é também mencionado por Damião de Góis na *Crónica do Príncipe D. João*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 200 e desenhado num alçado de 1864, elaborado pelo Coronel de Engenharia L. Herculano Ferreira, – apud L. Charréu, *O Mosteiro de S. Francisco de Santarém e o Coro*

três naves abobadadas e composto por três arcadas. Este alpendre encontra paralelismos na arquitectura cisterciense, o que testemunha os pontos de contacto entre as ordens. A informação relativa à data de execução do alpendre confirma que as obras já estariam terminadas em 1282, pelo menos a nível da definição dos alçados que demarcavam o espaço interno.

3. A Igreja do Convento de Santa Clara de Santarém

O convento de Santa Clara localizava-se a poucos passos do convento masculino e foi fundado com a ajuda do rei D. Afonso III, vindo a ter depois o apoio da sua filha, D. Leonor Afonso, que tomou votos neste convento depois de ter ficado viúva e que foi sepultada neste espaço.

O cronista Frei Brandão¹³ diz-nos que o começo da construção teve lugar em 1259, sendo provável que as obras tenham durado até ao início do século XIV.

A tipologia da igreja é semelhante à da sua congénere masculina: uma divisão em três naves, transepto destacado e cabeceira escalonada, formada pela capela-mor e capelas laterais intercomunicantes [Fig. 7]. A capela-mor, de terminação poligonal, é coberta por uma abóbada de cruzamento de ogivas e possui um elegante conjunto de janelas que permitem uma vasta iluminação. As capelas laterais, de terminação recta, possuem abóbada de berço quebrado e são iluminadas por estreitas janelas¹⁴ [Fig. 8].



Fig. 7 – Igreja de Santa Clara de Santarém, Cabeceira

Alto de D. Fernando, *Arquitectura, Espaço e Arte Funerária no Século XIV*, dissertação de Mestrado em História da Arte, F.C.S.H. / Universidade Nova de Lisboa, 1995, p. 61, nota 7.

¹³ *Quarta Parte da Monarchia Lusitana que contem a Historia de Portugal desdo tempo delRey Dom Sancho Primeiro, até todo o reinado delRey Dom Afonso III*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974, Livro XV, Cap. XXV, p. 212^a.

¹⁴ Aquilo que hoje se vê das quatro capelas laterais resulta da intervenção da DGEMN, fundamentada nos vestígios arqueológicos encontrados. Ver sobre o assunto *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Nº 30-31, Dez. 1942 / Março 1943 – *A Igreja de Stª Clara de Santarém*.



Fig. 8 – Igreja de Santa Clara de Santarém, Cabeceira, Capelas Sul

As naves são separadas por elegantes arcos quebrados suportados por colunas com capiteis decorados com motivos vegetalistas, como anteriormente referido. Quanto à cobertura, nave e transepto apresentam revestimento de madeira, enfatizando deste modo, a simplicidade e despojamento geral do espaço, tão caro aos mendicantes [Fig. 9].



Fig. 9 – Igreja de Santa Clara de Santarém, Naves

No seu conjunto esta igreja apresenta vários pontos de contacto com a vizinha São Francisco e é de Santarém que irradia a tipologia arquitectónica mais comum destas ordens no território português.

4. A Igreja do Convento de São Domingos de Elvas

De entre os exemplos dominicanos a terem sobrevivido até aos nossos dias, o mais notável é talvez a igreja de Elvas, fundada pelo monarca D. Afonso III¹⁵. A fundação data de 1267 e dever-se-á ter inspirado no modelo da igreja de S. Domingos de Lisboa, também fundada, em 1249, por D. Afonso III, e que por sua vez, tinha por base a igreja dominicana de Santarém.

A igreja apresenta o mesmo modelo que encontramos nos exemplos escalabitanos: uma planta de três naves com cinco tramos, transepto destacado e cabeceira escalonada com cinco capelas comunicantes entre si.

Ao contrário do resto do edifício, a cabeceira sobreviveu quase intocada até aos nossos dias. Apresenta uma capela-mor, bastante ampla, terminada numa parede poligonal de cinco panos antecedida por um tramo rectangular; estão cobertos, respectivamente, por abóbada polinervada e abóbada de cruzamento de ogivas. A iluminação faz-se através de cinco janelas que ocupam a quase totalidade da parede contribuindo para a verticalização do espaço. A concepção lumínica do espaço revela aqui um entendimento plenamente gótico [Fig. 10].



Fig. 10 – Igreja de São Domingos de Elvas, Cabeceira

¹⁵ Como se infere de uma menção que lhe é feita no seu testamento de 1271.

As capelas laterais internas estruturam-se em dois tramos, o primeiro rectangular, e o segundo terminando em abside de três panos revelando uma planta mais elaborada do que nas capelas das igrejas de Santarém. A iluminação faz-se em ambas as capelas por meio de uma janela, mas na capela norte a janela é mais ampla; paralelamente os panos laterais são escavados em arco quebrado sendo, porém, meros panos cegos sem qualquer fresta. Esta alteração dos panos laterais permite pensar num conceito de iluminação mais complexo — muito embora apenas pudesse alguma vez ter estado prevista uma janela (a norte), dado que do lado anexo à capela-mor a parede não poderia ser vazada por os espaços não serem separados. A cobertura faz-se, em ambas as capelas, no primeiro tramo por meio de abóbada de berço quebrado; e, no tramo este, com uma abóbada com duas nervuras [Fig. 11].



Fig. 11 – Igreja de São Domingos de Elvas, Cabeceira, Capela interna norte e capela interna sul

As capelas laterais exteriores possuem planta quadrada, são iluminadas por janelas abertas na parede oriental e possuem cobertura em abóbada de cruzamento de ogivas. As capelas são interligadas por aberturas em arco quebrado, como é comum na arquitectura mendicante portuguesa. A cabeceira de São Domingos já foi definida, por M. Chicó, como uma das obras-primas da arte gótica em Portugal, e vai ter um forte impacto na arquitectura nacional, para lá da arquitectura das ordens mendicantes¹⁶. Este aspecto é extremamente importante, uma vez que dada a já referida inspiração da igreja de Elvas na dominicana de Lisboa, e desta na igreja de São Domingos de Santarém, temos que atribuir esse papel de modelo inspirador à igreja escalabitana, sublinhando-se assim a sua importância no panorama nacional.

¹⁶ M. T. Chico sustenta, correctamente, que “Vai ser reproduzida mais ou menos fielmente nos monumentos edificados em Portugal desde finais do século XIII até inícios do século XV”, in *A Arquitectura Gótica em Portugal, Opus Cit.*, p. 54.

O transepto e naves de S. Domingos de Elvas foram intervencionados em época pós medieval e distanciam-se hoje do seu primitivo aspecto. O transepto foi transformado a nível do abobadamento e das arcadas que ligam às naves, bem como em termos dos vãos de iluminação. Para além disso, externamente é, hoje, pouco destacado, devido ao atrofiamiento causado pelas construções laterais pós-medievais.

Quanto às naves encontram-se também bastante modificadas. Mantém da estrutura original os cinco tramos com arcadas de arcos quebrados assentes em pilares com seis colunas [Fig. 12]. Mas, actualmente os capitéis são executados em talha dourada e pertencem à ordem coríntia, sabendo-se pela documentação que capiteis e bases dos pilares foram transformados no século XVIII. No transepto norte, porém, é ainda possível ver vestígios dos capitéis medievais, de composição vegetalista, sendo que os das naves deveriam ser idênticos.



Fig. 12 – Igreja de São Domingos de Elvas, Naves

Paralelamente a nave central foi rebaixada e encontra-se hoje ao nível das laterais. No entanto, sabemos também, e graças a um desenho (fl. 26) existente no *Livro das Fortalezas* de Duarte d'Armas, que se elevava destacadamente acima das laterais. Consequentemente, o abobadamento das naves, hoje em abóbadas de canhão, não corresponde à cobertura medieval, que seria, possivelmente, em madeira, segundo as directrizes da Ordem.

No seu conjunto, a igreja dominicana de Elvas era em tudo semelhante às igrejas mendicantes de Santarém, desenvolvendo-se, porém, em Elvas um modelo de cabeceira mais elaborado a nível das capelas laterais e que denuncia um projecto de grande requinte, cuja qualidade foi apreendida e, como referido, reproduzida, com mais ou menos variantes, entre o final do século XIII e o século XIV.

A tipologia destas construções ducentistas, as de Santarém e a de Elvas, vai surgir na arquitectura mendicante do século XIV, em casos como São Domingos de Guimarães — pese embora o facto de esta igreja levantar alguns problemas de leitura devido a transformações posteriores — ou São Francisco do Porto, actualmente revestida de talha dourada, mas que na sua origem seguia, a par da planta, o despojamento das construções analisadas até agora.

As Excepções / *Experimentalismos*

A par da definição de uma tipologia característica, observável nos diversos exemplos mencionados, são também edificadas em Portugal algumas igrejas mendicantes que apresentam alguns desvios ao modelo mais comum. Entre elas contam-se a igreja de São Francisco de Estremoz e as igrejas clarissas de Coimbra e Vila do Conde.

5. A Igreja do Convento de São Francisco de Estremoz

As datas relativas à fundação da igreja franciscana de Estremoz não são consensuais, podendo-se, no entanto, situar o começo das obras entre 1271 e 1300, tendo os trabalhos continuado até ao início do século XIV.

A igreja segue a tipologia mais comum de três naves e cabeceira escalonada com três capelas, mas possui a particularidade de apresentar um transepto inscrito.

A inclusão do transepto nas igrejas de três naves mendicantes é uma situação pontual que apenas se repetirá na igreja de Santa Clara-a-Velha e que em Estremoz poderá estar relacionada com o facto da cobertura deste espaço ser aqui feita com abóbada de cruzamento de ogivas, ao invés da habitual cobertura de madeira, características das construções mendicantes portuguesas. A razão pela qual os mendicantes de Estremoz escolheram esta solução menos austera e despojada não é suficientemente clara; contudo, esta questão deve ser equacionada, uma vez que tal

opção pode estar relacionada com a interferência da rainha D. Beatriz no programa arquitectónico.

É significativo que a abóbada apresente o brasão de armas de D. Afonso III e da sua mulher D. Beatriz: a chave do cruzeiro exibe o brasão de Portugal, a chave do braço sul o brasão de D. Beatriz e a chave do braço norte um emblema circular, eventualmente símbolo do casal real de fundadores. A protecção e financiamento da rainha, bem como a sua vontade de ver a sua heráldica na igreja, mantendo assim a sua presença viva dentro do espaço sagrado e numa zona sagrada por excelência, podem justificar esta opção [Fig. 13].



Fig. 13 – Igreja de São Francisco de Estremoz, Transepto, Abobada

A interferência da Rainha D. Beatriz na igreja do Convento de São Francisco de Estremoz testemunha, por um lado, a protecção real concedida aos franciscanos desde a sua chegada ao território nacional; e, por outro lado, a forma como o ideal de perpetuação da memória por parte da rainha pode ter consequências directas no programa arquitectónico, levando mesmo à modificação de modelos preferenciais.

6. A Igreja do Convento de Santa-Clara-a-Velha

A fundação do convento de Santa-Clara-a-Velha em Coimbra, em 1283, deve-se a D. Mor Dias, uma dama de fina linhagem, que ordenou a construção, numa parte baixa da cidade, de uma pequena igreja e de um reduzido complexo de infraestruturas para acomodar as freiras. Em 1302, quando D. Mor morre, será a Rainha Santa Isabel a

garantir a continuação do convento, decidindo construir uma nova igreja e dependências conventuais, cujos trabalhos começaram em 1316¹⁷.

É fundamental sublinhar, neste ponto que, o convento é desde o início, resultado da intervenção e vontade de uma figura feminina, o que evidencia o apreço que rainhas, princesas e damas da nobreza possuíam pelas ordens mendicantes.

Todo o conjunto conventual de Santa Clara apresenta diversas características pouco comuns. A igreja em particular, apesar da planta tripartida e da cabeceira escalonada, diverge da tipologia mais usual em alguns pontos fundamentais, desde a elevação das naves praticamente à mesma altura ao abobadamento geral em pedra, passando pela inclusão do transepto [Fig. 14]. As particularidades da construção têm forçosamente de estar relacionadas com o apoio dado pela Rainha Santa ao convento, escolhido para ser a sua morada eterna, uma vez que observamos em Santa Clara-a-Velha um panorama que difere de todas as restantes construções de clarissas no território. Isto demonstra a influência que a vontade da rainha deverá ter tido na definição de um modelo excepcional, no qual a soberana deixa a sua marca e que se afirma como o seu mais forte legado para a posteridade.



Fig. 14 – Igreja de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Nave central e Nave sul

¹⁷ Sobre este convento ver F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de História, especialidade de História da Arte, Coimbra, 2006 e C. Villamariz, *A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV: o Tempo dos Experimentalismos*, tese de doutoramento, Lisboa, F.C.S.H. / Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 254-272.

7. A Igreja do Convento de Santa Clara de Vila do Conde

Não é possível fazer esta abordagem sem uma chamada de atenção para igreja clarissa do Convento de Vila do Conde que se destaca das demais por ser a única construção mendicante de nave única a ter chegado até aos nossos dias. Estudos mais recentes¹⁸ testemunham a possibilidade de a par da igreja de Vila do Conde terem existido outras igrejas mendicantes estruturadas com uma só nave, embora fossem uma minoria e o modelo mendicante preferido em Portugal tenha efectivamente sido a planta de três naves.

Para todos os efeitos, excluindo as hipóteses de outras existências, Santa Clara de Vila do Conde é, na realidade, a única igreja mendicante medieval de uma só nave a ter sobrevivido até aos nossos dias, o que obriga necessariamente a uma menção à sua particularidade.

O Convento de Santa Clara de Vila do Conde foi fundado entre 1317 e 1318, por D. Afonso Sanches filho bastardo de D. Dinis, e pela sua mulher, D. Tareja Martins Telo, filha mais velha do 1.º Conde de Barcelos e senhora de Vila do Conde. Em meados do século a igreja já deveria estar praticamente concluída, pelo que se pode situá-la entre o primeiro e o segundo quartel do século XIV.

O convento destinava-se a damas da nobreza carenciadas, objectivo ao qual não deve ter sido alheia a vontade de D. Tareja. Paralelamente os fundadores escolheram o local como espaço de tumulação, o que os levou a dedicar-lhe especial atenção. Inicialmente os corpos encontravam-se numa galilé edificada para o efeito, tendo sido trasladados para uma capela construída junto ao braço norte do transepto, construída já no século XVI.

Como referido, a igreja clarissa de Vila do Conde destaca-se das restantes pelo facto de apresentar uma só nave. Da tipologia mais comum das edificações da ordem mendicante em Portugal mantém, contudo, o transepto destacado, a cobertura das naves e transepto em madeira e a cabeceira tripartida escalonada, embora sem interligação entre as capelas [**Fig. 15**].

¹⁸ F. P. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante*, *Opus Cit.*, cap. 3.2 e C. Villamariz, *A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV: o Tempo dos Experimentalismos*, *Opus Cit.*, pp. 168-171.



Fig. 15 – Igreja de Santa Clara de Vila do Conde, Nave

A nave apresenta uma dimensão ampla e larga e a cabeceira desenvolve-se em capelas profundas, gerando no conjunto um espaço mais vasto do que à partida se poderia esperar de uma igreja de nave única, o que poderá ter a ver com os seus fundadores e com o facto de estes se terem feito sepultar nesta igreja. D. Afonso Sanches, ainda que bastardo, era filho de rei e casara com uma dama da alta nobreza e de estirpe elevada. O seu interesse pelo convento, desde a fundação à sua sobrevivência, foi sempre constante e a sua participação nos destinos do mesmo activa, no que foi acompanhado pela sua mulher — aliás, a fundação e dotação de conventos femininos por damas da alta nobreza (em conjunto ou não com os seus maridos) e até mesmo rainhas, foi bastante comum; vejam-se o convento de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, fundação de D. Mor Dias e depois “tomado a cargo” por D. Isabel, e o Convento de Santa Clara de Entre-os-Rios, fundação de D. Châmoa Gomes e do seu marido D. Rodrigo Froilaz.

A igreja clarissa de Vila do Conde é um testemunho da forma como o papel dos fundadores pode ser determinante na definição de um modelo arquitectónico.

Os exemplos abordados de Estremoz, Coimbra e Vila do Conde mostram-nos o impacto que as ordens mendicantes tiveram no universo feminino da corte e a diversidade de figuras que se interessaram pelas mesmas, vindo o seu interesse a plasmar-se em diversos graus de protecção e intervenção.

Estes variam da acção de fundação e protecção sistemática e permanente de um convento — caso de D. Tareja, em Vila do Conde —, passando pelo que se afigura ter sido uma intervenção directa no programa arquitectónico — situação presente em Estremoz com a introdução das armas de D. Beatriz no transepto e abobadamento do mesmo — e culminando no exemplo excepcional de Santa Clara-a-Velha, onde a apropriação do convento por parte da Rainha como o “seu” espaço resultou num dos mais notáveis exemplos de *experimentalismo*¹⁹ da arquitectura nacional. Testemunham ainda, e de modo ineludível, a forma como a intervenção de rainhas e damas da nobreza na sociedade medieval dos séculos XIII e XIV extravasa muito para além da sua área de movimentação mais óbvia e imediata, a corte, marcando universos distintos e deixando testemunhos materiais e duradouros da sua passagem.

Paralelamente, as construções mendicantes do século XIII, quer as sobreviventes de Santarém e Elvas, quer as desaparecidas de Lisboa e Santarém, assumem um papel significativo na análise da arquitectura empreendida por estas ordens. Por um lado, porque se afirmam como uma antevisão do panorama geral da “arquitectura mendicante” gótica nacional: plantas de três naves, com cabeceira escalonada de abside poligonal, transepto por norma destacado, coberturas em madeira à excepção da zona da cabeceira e um despojamento decorativo visível na definição das arcadas, dos capitéis e da própria opção pela cobertura em madeira. Por outro lado, porque o modelo mendicante nacional, que transita para o século XIV — e que veremos, por exemplo, em São Domingos de Guimarães e em São Francisco do Porto —, fica definido com estas igrejas, ao que tudo indica através da construção dominicana de Santarém, o que naturalmente, lhes confere uma importância acrescida.

Simultaneamente, a provável influência de modelos mendicantes em construções como a igreja templária de Santa Maria do Olival ou a igreja hospitalária de Leça do Balio, permite aceitar um ascendente destes templos sobre a arquitectura não mendicante, não apenas no século XIII, mas também ao longo do século XIV, o que vem igualmente reforçar a sua proeminência.

Acresce a isto a originalidade de uma certa independência dos modelos nacionais face às construções de outros territórios ou à cópia integral de tipologias definidas por outras ordens como a Cisterciense. Cria-se, assim, um modelo específico de arquitectura mendicante. Apesar das subsistências serem escassas, o resultado final é

¹⁹ Sobre a questão dos experimentalismos na arquitectura portuguesa dos séculos XIII e XIV ver C. Villamariz, *A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV: o Tempo dos Experimentalismos*, Opus Cit..

um património original e que se destaca da arquitectura mendicante do resto da Europa, atingindo, por esse motivo, e pela sua qualidade, um papel de grande relevância dentro do panorama da arquitectura das Ordens Mendicantes dos séculos XIII e XIV.

*(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos
Adriano Moreira, no ciclo de conferências
Tesouros do património arquitectónico de Portugal,
a 24 de Maio de 2017)*

Bibliografia

Fontes

ARMAS, Duarte d', *Livro das Fortalezas*, Lisboa, ANTT / Edições Inapa, 1997

BRANDÃO, Frei A., *Quarta Parte da Monarchia Lusitana que contem a Historia de Portugal desde tempo del Rey Dom Sancho Primeiro, até todo o reinado del Rey Dom Afonso III*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974

ESPERANÇA, Frei Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal, Primeira parte, que contem seu principio & augmentos no estado primeiro de Custódia*, Lisboa, na Officina Craesbeeckiana, Anno 1656

GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977

SOUSA, Frei Luís de, *Primeira Parte da História de S. Domingos, particular do Reino e Conquistas de Portugal*, vol. 1.º, introdução e revisão por M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão ed., 1977.

Estudos

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 30-31, Dez. 1942 / Março 1943 – *A Igreja de Stª Clara de Santarém*

CHARRÉU, Leonardo, *O Mosteiro de S. Francisco de Santarém e o Coro Alto de D. Fernando, Arquitectura, Espaço e Arte Funerária no Século XIV*, dissertação de Mestrado em História da Arte, Lisboa, F.C.S.H. / Universidade Nova de Lisboa, 1995

CHICÓ, Mário Tavares, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1968

CUSTÓDIO, Jorge, “O Convento de S. Domingos de Santarém: Memória, Espaço e Arquitectura”, in *S. Frei Gil de Santarém e a sua Época*, Catálogo da exposição, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1997

DURLIAT, M., *Le Rôle des Ordres Mendiants dans la Création de l' Architecture Gothique Méridionale*, in *La Naissance et l' Eessor du Gothique Meridional au XIII Siècle*, Cahiers de Fanjeaux, n.º 9, Fanjeaux, Edouard Privat, Editeur, 1974

MACEDO, Francisco Pato, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de História, especialidade de História da Arte, Coimbra, 2006

PRADALIÉ, Gérard, *O Convento de S. Francisco de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992

SUNDT, Richard A., “*Mediocris domos et humiles habeant fratres nostri*: Dominican Legislation on Architecture and Architectural Decoration in the 13th Century”, in *Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 46, n.º 4, Dec. 1987, University of California Press, 1987

SUTTON, Ana, *The Influence of the Mendicant Orders on Portuguese Gothic Architecture*, University of Bristol, 1974

VILLAMARIZ, Catarina Madureira, *A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV: o Tempo dos Experimentalismos*, tese de Doutoramento em História da Arte, Lisboa, F.C.S.H. / Universidade Nova de Lisboa, 2012

_____, “*Femina et Templo*: o Papel das Mulheres no Desenvolvimento da Arquitectura Religiosa dos Séculos XIII e XIV em Portugal”, en Silvia Cernadas Martínez y Miguel García-Fernández (coords.), *Reinas e Infantas en los Reinos Medievales Ibéricos. Contribuciones para su estudio*, Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, colección “Cursos e Congresos”, 2018, pp. 203-220

_____, “The impact of Franciscan Architecture in the Mediterranean context: singularities of the Portuguese case”, *Selected Proceedings from the First International Conference on Franciscan Studies: “The World of St. Francis” (July 16-20, 2015)*, Bradley R. Franco and Beth A. Mulvaney, eds., Siena, Betti Editrice, 2017, pp. 125-132